

Banco de Empréstimo de Instrumentais como política de permanência estudantil na graduação em Odontologia e a sua relevância social para os estudantes cotistas de uma universidade pública baiana

Bruna Mendes Carvalho*; **Ana Áurea Alécio de Oliveira Rodrigues****; **Nélia de Medeiros Sampaio*****; **Lydia de Brito Santos******

- * Graduanda, Curso de Odontologia, Universidade Estadual de Feira de Santana
- ** Professora Adjunta, Tutora do PET Odontologia, Curso de Odontologia, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana
- *** Professora Titular, Curso de Odontologia, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana
- **** Professora Plena, Curso de Odontologia, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana

Recebido: 30/08/2021. Aprovado: 19/10/2022.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a importância social do Projeto de Instrumentalização para a permanência do estudante cotista do curso de Odontologia de uma instituição de ensino superior (IES) pública baiana. Caracteriza-se como um estudo de caso com uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e de corte transversal. Os dados foram coletados a partir de entrevistas norteadas por um roteiro semiestruturado. Foram selecionados, de forma aleatória por meio de sorteio, 8 estudantes cotistas regularmente matriculados no curso. O tratamento do material coletado utilizou a técnica de Análise de Conteúdo nas modalidades temática e hermenêutica-dialética e os resultados foram categorizados como segue: “Opção pelo Curso e a Dificuldade de Adaptação”, “(Des)conhecimento sobre as Políticas de Permanência Estudantil da IES”, “Limitações da Política de Permanência do Curso de Odontologia da IES” e “A Importância da Política de Permanência Estudantil e da Solidariedade entre os Estudantes no Combate à Evasão Acadêmica”. A relevância social se dá por ser uma estratégia inovadora que possibilita ao estudante de menor renda seguir uma carreira que traz bom retorno financeiro. Portanto, contribui para evitar ou diminuir a evasão acadêmica, embora não contemple todos os instrumentais e materiais de consumo das listas, com alguns instrumentais de baixa qualidade, gerando empecilho para a consolidação da política de permanência ao prejudicar o processo de aprendizagem e fazendo com que o estudante tenha que comprar alguns instrumentais para realizar as práticas sem deficiência na execução de algum procedimento.

Descritores: Educação em Odontologia. Inclusão Social. Materiais de Ensino. Ações Afirmativas.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o governo da Bahia, as políticas de ações afirmativas “são programas e medidas especiais adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada para correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades”¹. Nas instituições de ensino superior (IES), essas políticas podem ser criadas para a garantia do acesso, por meio das reservas de vagas, e da permanência, por meio da criação de medidas que permitam ao estudante se manter na graduação até a sua conclusão.

A política de ação afirmativa mais difundida em âmbito nacional é a chamada “Lei de Cotas”, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que possibilitou que estudantes autodeclarados negros – pretos e pardos –, indígenas e/ou oriundos de escolas públicas com renda *per capita* inferior a um salário mínimo e meio pudessem ingressar em universidades federais²⁻⁴.

A Bahia também possui dispositivos legais para o combate à desigualdade, a exemplo da Lei nº 13.182, de 06 de junho de 2014, que estabelece em seu artigo 6º, inciso VII, a implementação de medidas e programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades raciais na educação, na cultura, nos esportes, na saúde, entre outras áreas; e da Lei nº 13.458, de 11 de dezembro de 2015, que institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia^{1,5}.

A IES na qual a presente pesquisa foi realizada estabeleceu, no ano de 2006, reserva de vagas para os egressos de escolas públicas, negros, indígenas e quilombolas e, por conta da modificação do perfil dos ingressantes nos cursos de graduação, tornou-se necessária a criação de medidas para assegurar a permanência desses estudantes historicamente excluídos do acesso ao ensino superior.

A redução dos perfis das classes sociais

privilegiadas nas IES, entretanto, não significa necessariamente que a origem familiar deixou de ter influência nas chances de ingresso ou de conclusão nos diferentes cursos existentes^{6,7}. Ao entrevistar 27 graduandos de diversas áreas, Zago (2006)⁶ observou que a exclusão do conhecimento durante a educação básica é sentida também quando o estudante ingressa no ensino superior. Os alunos com pais de baixa escolaridade e alunos negros e indígenas têm menores chances de concluir cursos de alto prestígio social⁷.

Os cirurgiões-dentistas devem dominar a técnica dos procedimentos que somente é adquirida após muita prática com a utilização de materiais, equipamentos e instrumentais específicos da área, sendo um curso oneroso que, em muitos casos, não condizente com a renda familiar de alguns dos ingressantes⁸. As IES brasileiras, frente a essa realidade, buscam a implementação de Bancos de Empréstimos de Instrumentais (BEI) como uma forma de política de permanência estudantil⁹⁻¹¹. A IES na qual a presente pesquisa foi realizada, adquiriu, em 2011, instrumentais odontológicos objetivando contemplar e garantir a permanência de todos os seus estudantes, como uma política universal, que inclui cotistas e não cotistas. O BEI dessa IES possui todos os instrumentais e equipamentos apontados como essenciais ao aprendizado pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO)¹² e alguns itens adicionais.

Inicialmente esses instrumentais ficavam sob a gestão dos próprios estudantes a partir do 3º semestre, período em que se iniciam as práticas ambulatoriais e laboratoriais. A instituição entregava *kits* de instrumentais que ficavam sob a guarda dos estudantes do 3º ao 10º semestre. Os *kits* devolvidos eram, por sua vez, entregues à nova turma do 3º semestre. Porém, esta forma de conduzir a política começou a demonstrar falhas logísticas. Os instrumentais eram subutilizados ou não utilizados por alguns e indisponíveis para

outros que deles necessitavam. Havia também perda e danos que os tornavam inutilizáveis, tornando incompletos alguns *kits* recebidos pelos novos estudantes, os quais eram prejudicados.

Em 2017, por meio de um projeto para a instrumentalização do curso de Odontologia, o BEI foi reformulado, passando a ser gerenciado pelas administradoras e auxiliares de saúde bucal das três clínicas odontológicas que compõem o campus da IES. Os instrumentais foram recolhidos, organizados em *kits* de acordo com os tipos de procedimentos realizados nas atividades práticas dos componentes curriculares e distribuídos entre as clínicas. O estudante recebe o *kit* esterilizado, utiliza, higieniza e procede a devolução no mesmo dia, para esterilização e utilização no dia seguinte, o que amplia e garante a rotatividade, otimizando a política de permanência estudantil.

O Projeto está em andamento e, como forma de manutenção do acervo, tem a perspectiva de avaliação física dos instrumentais por professores enquanto peritos para análise, possível descarte e reposição, além da permanente possibilidade de acréscimo de novos itens. Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo analisar a importância social do Projeto de Instrumentalização para a permanência do estudante cotista do curso de Odontologia de uma universidade pública baiana.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, visto que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”¹³. É uma pesquisa qualitativa, pois “...ocupa um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificada”, “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”¹⁴, de corte transversal já que as informações obtidas referem-se a um ponto no tempo e ocorrem no mesmo momento¹⁵, que descreve as vivências de 8

estudantes cotistas - um discente de cada semestre, a partir do 3º semestre, independente da categoria das cotas e do gênero/sexo do estudante - que estavam regularmente matriculados no curso de Odontologia de uma universidade pública baiana.

A técnica escolhida para a coleta de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas norteadas por um roteiro contendo 17 perguntas. Em virtude da condição epidemiológica e em decorrência das medidas de distanciamento social impostas para reduzir os índices de contágio da COVID-19, as entrevistas foram realizadas em salas virtuais na ferramenta de videoconferência *Google Meet* (Google, Menlo Park, CA, EUA). Sendo uma pesquisa em ambiente virtual, respeitou-se as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual fornecida pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)¹⁶. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa institucional e aprovado sob o número do parecer 5.252.920, de 22/02/2022.

A seleção dos participantes foi realizada por meio do sorteio aleatório dos nomes presentes nas listas de cada semestre disponibilizadas pelo Colegiado do curso de Odontologia. Os nomes dos estudantes cotistas de cada semestre de ingresso foram listados e numerados em uma planilha *Excel* (Microsoft, Redmond, WA, EUA) e o sorteio foi realizado digitando a fórmula “aleatórioentre (inferior;superior)”. O contato com os estudantes foi realizado por meio de aplicativo de mensagens e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) enviado para os e-mails dos entrevistados.

Os participantes que foram incluídos na pesquisa são estudantes regularmente matriculados no curso de Odontologia da instituição, que ingressaram por cotas que utilizam o BEI, que assinaram o TCLE e que aceitaram responder às perguntas. Foram excluídos aqueles estudantes que não aceitaram responder às perguntas da entrevista, que não foram ingressantes por cotas, que não

utilizam a política de permanência estudantil do curso e que não assinaram o TCLE.

Em respeito aos princípios éticos das Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, antes da entrevista, cada participante foi esclarecido a respeito da pesquisa e sobre o TCLE, conforme o referido nos incisos III e IV da Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, capítulo IV da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e no capítulo III da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016¹⁷⁻¹⁹. Os participantes também foram informados, por meio do TCLE e momentos antes da entrevista, sobre a garantia do sigilo das suas informações, resguardo da imagem e sobre os riscos e benefícios da pesquisa.

As entrevistas não ultrapassaram 30 minutos e foram gravadas utilizando o programa de computador denominado *Open Broadcaster Software Studio*, OBS Studio²⁰, salvos em pastas individuais para cada entrevistado, juntamente com os seus respectivos TCLE devidamente assinados e as transcrições integrais de cada uma das entrevistas. Foram sorteados, ao todo, 11 estudantes cotistas. No entanto, 3 estudantes não responderam ao contato. Não houve a necessidade da ampliação da amostra, visto que houve a saturação dos dados, sendo, portanto, identificados os conceitos, traduzidos em categorias que abrangeram o fenômeno da investigação e nenhum tema novo surgiu^{21,22}.

O tratamento dos dados coletados foi realizado utilizando-se a análise de conteúdo na modalidade temática e posteriormente ampliada para o uso do método hermenêutico-dialético. A análise temática é responsável por descobrir os núcleos de sentido nas falas e perceber se a presença ou frequência deles significam algo. O método hermenêutico-dialético se baseia em dois conceitos: a hermenêutica, que relaciona-se com a compreensão do sentido do que é dito, de como as coisas se apresentam e acontecem, e a dialética, que é a parte responsável pelo confronto de ideias e pela

avaliação crítica do que é dito^{23,24}. Na primeira fase da análise dos dados foi realizada a leitura flutuante das transcrições com o objetivo de ter o domínio das informações relatadas nos textos, encontrando as ideias centrais sobre o objeto de estudo e determinando os núcleos de sentido^{23,24}. As pesquisadoras, na segunda fase, buscaram alcançar os núcleos de compreensão do texto definindo categorias²³.

As categorias analíticas foram: Evasão Acadêmica, Qualidade dos Instrumentais e Discriminação. As categorias empíricas foram: Opção pelo Curso, Dificuldade de Adaptação, (Des)conhecimento sobre as Políticas de Permanência Estudantil da IES, Dificuldades Logísticas e as Estratégias de Superação. Os dados foram agrupados e ordenados em um quadro (figura 1), organizando os fragmentos das falas de acordo com as categorias identificadas. A partir daí os resultados foram categorizados da seguinte maneira: Opção pelo Curso e a Dificuldade de Adaptação, (Des)conhecimento sobre as Políticas de Permanência Estudantil da IES, Limitações da Política de Permanência do Curso de Odontologia da IES e A Importância da Política de Permanência Estudantil e da Solidariedade entre os Estudantes no Combate à Evasão Acadêmica. As falas dos entrevistados foram confrontadas entre si e as ideias agrupadas de acordo com a convergência, divergência, complementaridade e diferenças. Foi realizada, por último, uma redação para cada temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As participantes da pesquisa são todas do sexo feminino e foram nomeadas de acordo com a ordem em que as entrevistas foram realizadas. Sobre as reservas de vagas, uma pertencia à categoria de estudante branca de escola pública (Entrevistada 1), seis negras (pretas ou pardas) de escola pública (Entrevistadas 2, 3, 4, 5, 6 e 7) e uma indígena (Entrevistada 8).

Figura 1. Organização conforme as etapas da análise de conteúdo

| Categories | Núcleos de Sentido | Síntese |
|--|---|--|
| Opção pelo Curso e a Dificuldade de Adaptação | Opção pelo Curso | A trajetória dos estudantes momentos antes do ingresso na Universidade; tomada de decisão de qual curso escolher; principais dificuldades após o ingresso. |
| | Dificuldade de Adaptação | |
| (Des)conhecimento sobre as Políticas de Permanência Estudantil da IES | (Des)conhecimento sobre as Políticas de Permanência Estudantil da IES | Como os cotistas buscam se manter na graduação; quais políticas de ações afirmativas da Instituição são conhecidas pelas entrevistadas. |
| Limitações da Política de Permanência do Curso de Odontologia da IES | Qualidade dos Instrumentais | Deficiências atuando como empecilho para efetividade da política; constrangimento ao utilizar o instrumental da política; distribuição dos instrumentais entre as clínicas e a capacitação deficitária dos recursos humanos. |
| | Discriminação | |
| | Dificuldades Logísticas | |
| A Importância da Política de Permanência Estudantil e da Solidariedade entre os Estudantes no Combate à Evasão Acadêmica | Evasão Acadêmica | Custo alto das listas e impossibilidade de trabalhar; ser mantido pelos familiares e/ou receber o auxílio da IES; as formas de superação das barreiras que dificultam a permanência. |
| | Estratégias de Superação | |

Opção pelo curso e a dificuldade de adaptação

As entrevistadas, em sua maioria (E1, E3, E5, E6 e E7), afirmaram que não tinham a Odontologia como a sua primeira escolha e sim a Medicina. Em 2013, um estudo transversal realizado com 94 estudantes ingressantes do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (FOUSP), demonstrou que, para 43,5% dos estudantes a Odontologia não foi a primeira opção, sendo que entre eles 73% declararam que a primeira opção seria o curso de Medicina²⁵.

A expressiva quantidade de discentes que optaram pela Medicina como primeira opção pode estar relacionada ao fato de que os estudantes acreditem que há similaridade entre as duas áreas e optam pelo curso de Odontologia por ser menos concorrido. Porém, ao longo do tempo, podem ocorrer frustrações, já que se tratam de áreas distintas da saúde. Para que isso não ocorra, os alunos precisam ingressar na graduação tendo uma

visão ampla das áreas de atuação do cirurgião-dentista²⁵.

Apenas E2 e E4 disseram ter adquirido alguma identificação com o curso de Odontologia após pesquisar na *internet* conteúdos abordando mais sobre a área, mas que sentiam, no geral, afinidade com a área da saúde.

[...] eu sempre quis um curso na área de saúde e aí dentre as opções, né?, eu nunca sonhei em fazer Medicina como todo mundo sonha e Enfermagem pra mim também não era uma opção. [...] dentre as opções que eu tinha foi a Odontologia. Eu nunca fui apaixonada, [...] como o pessoal fala “o sonho de entrar pro curso”, mas eu me identifiquei assim que [...] comecei a pesquisar a respeito pra ver realmente se era isso que eu queria prestar vestibular e entrei e hoje sou apaixonada (E2).

[...] eu escolhi a Odontologia porque dentre as profissões que eu fui pesquisando, foi a

que eu mais me identifiquei mesmo. [...] tinha disciplinas que eu gosto de estudar e, além disso, é uma área que abre portas para diversos caminhos. Tem muitas especialidades, muitas áreas de atuação, então, acaba sendo muito mais fácil de você se encontrar também (E4).

A Entrevistada 8 foi a única a trazer como motivação para optar pela Odontologia o sonho que nutria desde a infância: “Bom, eu escolhi a Odontologia inicialmente por ser um sonho de criança, né?”. Acrescentou dizendo que com o passar do tempo foi analisando a realidade da sua família e constatou:

[...] eu fui analisando as questões sociais e econômicas da minha família e fui percebendo que era necessário ter alguém que atuasse na área da saúde. [...] ainda mais relacionado a minha família por parte de pai, né?, que é família indígena. Meu pai é indígena e eu sou a primeira indígena que cursa Odontologia lá. Então, foi uma vitória muito grande pra gente e continua sendo, né? (E8).

Aqueles que optam pela carreira na área da Odontologia como segunda opção dão como motivos a ampla atuação que o cirurgião-dentista pode ter no mercado de trabalho, a similaridade com a Medicina e o fato de ser uma profissão que cuida de pessoas²⁵. Uma vez definido o curso como sendo a Odontologia, durante as falas das entrevistadas foi possível apreender que daquelas que tinham noção de que o curso demandava muito gasto com a compra de materiais (E1, E2, E3, E6, E7), não desistiram de cursar, embora manifestando preocupação em como iriam se manter no curso. As falas permeiam o diálogo constante com os familiares que prometem apoio:

[...] quando eu vim pra cá que eu imaginava essa questão do dinheiro pra comprar materiais ela falou “calma! eu vou te ajudar”, mas eu sei que, querendo ou não, é

apertado, né?, e ela não tem apenas eu como filha, ela tem mais duas pessoas (risos) (E6).

[...] Conversei com meus pais, eu deixei eles cientes de que, porque [o curso] é integral eu não teria como trabalhar [...]. Eu falei que eu ia tentar. Que a gente ia entrar pra ver... Que eu ia procurar formas de ajudar... Mas eles falaram que tudo bem, que a gente ia dar um jeito e aí eu entrei... Mas eu entrei com medo [...] das listas (E1).

Às entrevistadas foi questionado se nos primeiros anos do curso tiveram dificuldade para adaptar-se ao ritmo da universidade e para aprender os conteúdos das aulas. A maioria afirmou que teve dificuldade (E2, E3, E4, E5) e a mais relatada foi a transição da forma de ensinar e aprender, que, segundo algumas delas, no ensino superior difere do que estavam acostumadas com o ensino médio e o cursinho preparatório: “Senti bastante, porque a gente sai do colégio estudando de uma forma, vai para o cursinho, estuda de outra completamente diferente e na Universidade é outro ritmo (E4)”. A cobrança mais elevada por parte dos professores, a necessidade de um nível mais alto de autonomia, estar em uma instituição mais complexa em termos de regras e burocracias associadas às dificuldades de relacionamento com colegas e professores, as dificuldades na gestão do tempo relacionadas às tarefas acadêmicas e a saudade da família, pode ter repercussões negativas na vida dos acadêmicos²⁶.

É relatado na presente pesquisa que as maiores dificuldades são enfrentadas nos semestres iniciais durante os componentes curriculares teóricos básicos.

[...] as matérias em Odontologia são muito pesadas. É uma carga horária também muito extensa. Então, é difícil conciliar. [...] Principalmente essas disciplinas [...] que ficam mais no abstrato, né? Uma coisa é uma disciplina que a gente vê na prática como é a aplicação dela, outra coisa é uma

disciplina que é mais teórica mesmo. Geralmente as iniciais ali do curso acabam sendo muito assim (E4).

Este achado se opõe a outro estudo que apontou a fase clínica como sendo a mais estressante quando comparados com estudantes da fase pré-clínica em função da maior exigência envolvendo o manejo do paciente²⁷.

(Des)conhecimento sobre as Políticas de Permanência Estudantil da IES

Com o estudo das transcrições constatou-se dados preocupantes sobre a falta de conhecimento acerca das políticas de permanência estudantis ofertadas pela Universidade. Além da política de permanência específica do curso de Odontologia, as demais políticas de permanência disponibilizadas pela instituição que as entrevistadas citaram foram: o Restaurante Universitário (E2 e E8), a Residência Universitária (E6, E7 e E8) e Bolsa Permanência (E8). A instituição oferece, para além da política de empréstimo de instrumentais odontológicos, o Restaurante Universitário, duas Residências Universitárias (uma para estudantes indígenas e outra para não indígenas) e auxílios financeiros.

Quase a totalidade das entrevistadas mencionou o “Mais Futuro” (E1, E3, E4, E5, E6, E7) como política de permanência institucional, entretanto, este programa foi criado pelo governo do estado da Bahia para estudantes de baixa renda da rede estadual de ensino superior²⁸. Trata-se de um programa amplamente divulgado na instituição, que contempla uma quantidade considerável de estudantes e demonstra ser, pela fala das entrevistadas, uma das primeiras formas de garantir auxílio financeiro assim que ingressam no curso:

[...] eu já entrei na faculdade pesquisando políticas de permanência... E aí eu soube do “Mais Futuro”. Então eu já entrei preparada, assim, pra correr atrás e tentar.

[...] já no segundo, no terceiro a gente já teve lista mesmo, já tinha coisa pra comprar e aí eu já comecei a receber o “Mais Futuro” a partir do segundo semestre (E1). Eu só não tive dificuldade porque assim que eu entrei na Universidade eu já fiquei sabendo do edital do “Mais Futuro”. [...] assim que entrei eu já virei bolsista do “Mais Futuro” (E2).

A bolsa de permanência do “Mais Futuro”, de acordo com a fala da Entrevistada 1, acabou sendo utilizada para comprar materiais odontológicos. As participantes citam as bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria como sendo políticas de permanência ou demonstram não saber o que é ou não política de permanência estudantil. As falas evidenciam também que as bolsas meritocráticas que deveriam estar sendo usadas para os estudantes investirem nos projetos acadêmicos, estão sendo usadas como bolsas de permanência estudantil.

Limitações da Política de Permanência do Curso de Odontologia da IES

Embora o BEI contenha em seu inventário boa parte dos instrumentais solicitados pelos docentes, os estudantes ainda precisam desembolsar quantias consideráveis para a aquisição de itens solicitados por alguns docentes, como relata a Entrevistada 7 “[...] não são todos os que a gente consegue. Numa grande maioria a gente acaba tendo que comprar”. Ao mesmo tempo em que as entrevistadas manifestam em suas falas o alívio pela existência da política de permanência do curso, há manifestação de preocupação em terem prejuízos em sua aprendizagem diante de alguns materiais que sofreram danos pelo tempo e pelo uso:

[...] Principalmente agora nesse semestre em ortodontia [...] eu senti dificuldade por conta do alicate não tá bom e a gente precisar fazer dobra e como divide [...] dois

alicates por pessoa eu peguei um alicate que não tava tão bom e aí eu me senti bastante prejudicada, às vezes na prática, assim, eu pedia ao colega “ó, me empresta o teu aí rapidinho só para eu fazer esse giro aqui”, mas eu me senti um pouco prejudicada nesse quesito [...] (E2).

[...] comigo aconteceu com um portagalha, dele ficar travando. Então, na hora que eu fui fazer sutura na [...] paciente eu acabei tendo mais dificuldade do que eu já teria porque, né?, [...] você já vai fazer o procedimento com todo o nervosismo e tal e ainda lidar com esse estresse... Aí o nosso professor orientador acabou recomendando a gente comprar um pra gente mesmo por ser algo que usa de forma corriqueira (E4).

Resultado semelhante foi constatado em outro estudo realizado em uma Faculdade de Odontologia onde os estudantes cotistas não recebem as listas completas e alguns instrumentos já estão ultrapassados ou estragados⁹. Ressalta-se ainda a contradição que foi possível observar a partir das falas das participantes da presente pesquisa ao relatarem sua opinião sobre a qualidade dos materiais ofertados pela universidade:

Tem muito material que tem uma qualidade muito boa. Pra mim mesmo os que eu peguei e os que eu pego hoje em dia são contados nos dedos os que estão em uma qualidade inferior. São realmente contados nos dedos e o restante tem uma qualidade muito boa que a gente consegue fazer. E tudo mesmo é questão de zelo do estudante. Têm estudantes que cuidam melhor e têm estudantes que não cuidam tão bem (E4, E5).

As estudantes pontuam como sendo uma das causas para a baixa qualidade dos instrumentais disponíveis na IES a falta de cuidado advinda dos próprios usuários da política. Ressalta-se que esse desleixo mencionado pode estar relacionado ao

desconhecimento da forma correta de higienizar e utilizar com esses materiais. Quando foram questionadas se haviam sofrido algum tipo de discriminação por parte dos professores ou dos colegas por utilizar o material de permanência ou algum outro de marca considerada inferior ao solicitado pelos docentes, a maioria respondeu que não sofreu nenhuma forma de constrangimento (E1, E2, E3, E6, E7). Apenas as Entrevistadas 4 e 5 relataram ter ocorrido:

[...] têm professores que são bem específicos de “não, porque você tem que comprar dessa marca”, como se se você não comprasse daquela marca ele vai tirar ponto no seu barema. E [...] isso chegou ao nível de parecer que o professor estava tendo alguma relação com a loja, com a marca que fazia aquele instrumental. [...] Às vezes um aluno que ele tem até a melhor técnica, mas só porque não tem aquele instrumental ele tira menos? O que é que a gente está realmente avaliando, sabe (E4)?

[...] é no sentido de “ah, essa marca não é tão boa”, “não era esse que eu queria”. Na verdade, é muito pelo que ele quer, “eu queria tal coisa e eu não tenho tal coisa, então, isso aqui não é bom”. Às vezes pode ser até mais caro, “mas não é o que eu queria” (E5).

O mesmo foi observado em outro estudo em que os participantes revelam que o uso do instrumental odontológico cedido pela instituição gerou manifestações de discriminação e incompreensão de alguns poucos professores do curso abordando os discentes de uma forma que os constrangem, falando alto enquanto criticam o instrumental⁹. A forma de distribuição dos materiais e a falta de capacitação das funcionárias responsáveis pela entrega e organização dos mesmos nas três clínicas que compõem o campus da IES da presente pesquisa surgem nos discursos como sendo barreiras importantes para a

consolidação do BEI enquanto política de permanência estudantil.

A importância da Política de Permanência Estudantil e da solidariedade entre os estudantes no combate à evasão acadêmica

Foi perguntado se as participantes tiveram que trabalhar para se manter no curso e todas responderam que não, inclusive, uma delas relatou que teve que abandonar o emprego em função das demandas da graduação:

[...] já trabalhava antes de entrar na, na Universidade e aí quando eu entrei eu, abandonei emprego e tudo mais, eu tinha que me dedicar cem por cento ao estudo e eu sentia muita dificuldade pelo ritmo, né?, porque a nossa grade é enorme (E2).

Sobre as alternativas que as entrevistadas utilizam para se manter no curso elas disseram:

[...] por ser bolsista tanto do “Mais Futuro”, [...], como outras bolsas, como a do PET [Programa de Educação Tutorial] que eu consegui no quarto semestre... então essas bolsas são o que fazem [...] eu estar no curso hoje, porque também, além de ajudar na compra dos materiais, [...] me ajuda no transporte, em questão de alimentação e tudo mais. Se não fosse essas duas bolsas talvez, eu não sei o que eu faria. [...] (E2).

O curso exige dos estudantes que sejam comprados, além dos instrumentais, uma grande quantidade de materiais de consumo e descartáveis. São materiais que em alguns momentos faltam na Universidade, como luvas, máscaras, gorro, seringa, agulha, gaze, soluções anestésicas, material restaurador, etc. Como estratégias para adquirir o que falta, as participantes afirmam parcelar em várias vezes os valores nas lojas de materiais odontológicos (E3 e E5); pedir para os estudantes veteranos e professores que especifiquem os materiais que realmente serão utilizados no componente curricular; vender rifas

com a turma para utilizar o dinheiro na compra dos materiais de uso coletivo; checar os materiais que têm na Instituição antes de comprar (E1, E2, E6, E7 e E8) e realizar a compra dos materiais que podem ser de uso coletivo junto com os colegas de turma (E1, E2, E3, E4, E5 e E7).

Em outra IES, de maneira semelhante, os estudantes têm que comprar os insumos e articulam estratégias individuais e coletivas para conseguir o necessário para participar das aulas práticas, e, apesar de todos os esforços da instituição, dos discentes e de seus familiares, essa problemática dificulta a permanência e caracteriza-se como um fator de exclusão⁹. Ao serem questionadas se a política de permanência do curso de Odontologia contribuía para a mantê-las no curso, todas afirmaram que sim. De todas, apenas a Entrevistada 4 não recebe nenhum tipo de bolsa:

“[...] Eu não recebo nenhuma bolsa na UEFS. [...] por isso que fica um pouquinho mais pesado pra mim também. Eu acabo contando só com o empréstimo de materiais mesmo.”

Ela resume em sua fala todo o sentimento de angústia e medo que muitos dos graduandos em Odontologia sentem a cada semestre letivo:

É bem complicado porque não é barato e sempre a gente fica naquilo de “ai, será que nesse semestre a lista é mais cara? será que é mais barata? será que eu vou conseguir comprar? que eu não vou conseguir?”, então, é bem complicado, [...] (E4).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância social desse projeto está em ser uma estratégia inovadora que se configura na chance de estudantes de classes sociais menos favorecidas seguirem uma carreira que possibilita um bom retorno financeiro por ser de alto prestígio social. Após o ingresso, o próprio sistema educacional segrega aqueles que podem comprar os instrumentais, daqueles que não podem,

reproduzindo, dessa forma, as iniquidades vivenciadas fora da Universidade.

Foi possível constatar que essa política de permanência contribui para evitar ou diminuir a evasão acadêmica no curso de Odontologia ao possibilitar uma redução considerável nos gastos com os materiais necessários para a formação dos discentes. Todavia, não contempla todos os instrumentais e materiais de consumo das listas, fazendo com que os estudantes e as suas famílias tenham que se esforçar para comprar aquilo que falta, ainda que seja uma obrigação da universidade.

Ressaltando-se que a baixa qualidade de alguns instrumentais é um empecilho para a consolidação da política de permanência do curso, pois acaba prejudicando o seu processo de aprendizagem, fazendo com que o estudante tenha que comprar os instrumentais para realizar as práticas e, não se formar com deficiência na execução de algum procedimento.

A instituição precisa estar atenta às falhas na condução das medidas tomadas para o combate à evasão acadêmica, visto que, a universidade, especialmente no sistema público de ensino, não deveria ser um ambiente que exclui socialmente os indivíduos. Em decorrência disso, faz-se necessário que os gestores busquem promover condições adequadas de ensino e aprendizagem aos estudantes cotistas.

ABSTRACT

Dental Instruments Loan Bank as a student permanence policy in Dentistry graduation and its social relevance for quota students of a public university in Bahia

This research aimed to analyze the social importance of the Instrumentalization Project for the permanence of the quota student of the Dentistry course of a public higher education institution (HEI) in Bahia. It is a case study with a qualitative approach with a descriptive and cross-sectional nature. Data was collected from

interviews guided by a semi-structured script. Eight quota students regularly enrolled in the course were randomly selected. The treatment of the collected material used the technique of Content Analysis in the thematic and hermeneutic-dialectical modalities and the results were categorized as follows: "Course choice and the Difficulty of Adaptation", "(Un)knowledge about the Student Permanence Policies of the HEI", "Limitations of the Residence Policy of the HEI Dentistry Course" and "The Importance of the Student Permanence Policy and Solidarity among Students in Combating Academic Dropout". The social relevance is given by being an innovative strategy that allows low-income students to pursue a career that brings good financial returns. Therefore, it contributes to avoiding or reducing academic dropout, although it does not cover all instruments and materials. Some of them are of low quality, which can create an obstacle to the consolidation of the permanence policy by harming the learning process and causing the student to buy some instruments to carry out the practices so that there is no difficulty in performing some procedures.

Descriptors: Education, Dental. Social Inclusion. Teaching Materials. Public Policy.

REFERÊNCIAS

1. Bahia (Estado). Lei nº 13.182, de 06 de junho de 2014. Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador, Bahia: Diário Oficial do Estado da Bahia [Internet]. 2014 [Acesso em 25 abr 2021]. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/GT_Igualdade_Racial/Outros/Lei%2013.182%2006.06.14%20Bahia.pdf.
2. Trevisol JV, Nierotka RL. "Lei das cotas" e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro. *Quaestio*. 2015;17(2):573-93.
3. Souza AC, Brandalise MAT. Política de cotas e democratização do ensino superior: a

- visão dos implementadores. *Rev Inter Educ Sup*. 2020;3(3):515-38.
4. Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil [Internet]. 2012 [Acesso em 25 abr 2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.
 5. Bahia (Estado). Lei nº 13.458, de 11 de dezembro de 2015. Institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia e dá outras providências. Salvador, Bahia, [Internet]. 2015 [Acesso em 25 abr 2021]. Disponível em: http://institucional.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/private/midiateca/documentos/2017/1_ei-do-auxilio-permanencia.pdf.
 6. Zago N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Rev Bras Educ*. 2006;11(32):226-370.
 7. Knop M, Collares ACM. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. *Soc Estado*. 2019;34(2):351-80.
 8. Fonseca AF, Silva GG, Martins LG, Pinto MQ, Chagas PV. Banco de instrumental odontológico da Universidade Estadual de Montes Claros: um relato de experiência. *Intercâmbio*. 2013;4(1):253-6.
 9. Martins AB, Menezes IHCF, Queiroz MG. Estudantes de Odontologia cotistas e o instrumental odontológico. *Rev ABENO*. 2019;19(3):58-68.
 10. Cavalcante JA, Mont'Alverne CR, Meyer AI, Petta LA, Medeiros ML, Austrilino L. A prática pedagógica e a permanência de cotistas afrodescendentes no Curso de Odontologia. *NTQR*. 2020;2(1):658-74.
 11. Teixeira MC, Silva MC, Silva AN. Criação do banco de instrumentais odontológicos de uma universidade pública como instrumento democrático na formação em saúde. *Rev ABENO*. 2021;21(1):1230.
 12. Morita MC, Amante CJ, Tanaka EE, Porto AN, Hayassy A, Miguel LC, et al. Instrumentais odontológicos essenciais para a graduação em Odontologia. *Rev ABENO*. 2016;35(3):3-35.
 13. Gil AC. Como elaborar o projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas; 2002. 176 p.
 14. Minayo MC, Deslandes SF, Gomes R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes; 2009. 676 p.
 15. Medronho RA, Bloch KV, Luiz RR, Werneck GL. Epidemiologia. 2 ed. São Paulo: Atheneu; 2008. 676 p.
 16. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. CONEP. Ofício Circular nº 2, de 2021. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, DF [Internet]. 2021 [Acesso em 13 ago 2021]. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf.
 17. Brasil. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprovar as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde [Internet]. 1996 [Acesso em 13 ago 2021]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html.
 18. Brasil. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo

- seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde [Internet]. 2012 [Acesso em 13 jul 2022]. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
19. Brasil. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde [Internet]. 2016 [Acesso em 19 jul 2022]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html.
20. OBS (Estados Unidos da América). OBS Studio: software livre e de código aberto para gravação de vídeo e transmissão em tempo real. 2022 [Acesso em 01 mar 2022]. Disponível em: <https://obsproject.com/pt-br>.
21. Saunders B, Sim J, Kingstone T, Baker S, Waterfield J, Bartlam B. Saturation in qualitative research: exploring its conceptualization and operationalization. *Quality & Quantity*. 2017;52(4):1893-907.
22. Moura CO, Silva IR, Silva TP, Santos KA, Crespo MC, Silva MM. Methodological path to reach the degree of saturation in qualitative research: grounded theory. *Rev Bras Enferm*. 2022;75(2):e20201379.
23. Minayo MC. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10 ed. São Paulo: Hucitec; 2007.
24. Alencar TO, Nascimento MA, Alencar BR. Hermenêutica Dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica. *Bras Promoc Saúde*. 2012;25(2):243-50.
25. Santos BR, Gonzales PS, Carrer FC, Araujo ME. Perfil e expectativas dos ingressantes da Faculdade de Odontologia da USP: uma visão integrada com as diretrizes curriculares nacionais e o sistema único de saúde. *Rev ABENO*. 2015;15(1):28-37.
26. Dias AC, Carlotto RC, Oliveira CT, Teixeira MA. Dificuldades percebidas na transição para a universidade. *Rev Bras Orientac Prof*. 2019;20(1):19-30.
27. Muniz MF, Muniz FW, Oliveira LK, Rodrigues MA, Oliveira MB, Barros ID. Fontes de estresse, bem-estar psicológico e saúde entre estudantes de Odontologia: uma comparação entre fases pré-clínica e clínica e entre os sexos. *Rev ABENO*. 2019;19(3):2-12.
28. Bahia (Estado). Decreto nº 17.191, de 16 de novembro de 2016. Regulamenta a Lei no 13.458, de 10 de dezembro de 2015, que instituiu o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia. Salvador, Bahia [Internet]. 2016 [Acesso em 06 jul 2021]. Disponível em: http://www.propaae.uefs.br/arquivos/File/Documentos/Decretos_17191.pdf.

Correspondência para:

Bruna Mendes Carvalho
e-mail: bruna.mc56@gmail.com
Travessa Vasco da Gama, 76
Jardim Cruzeiro
44024-291 Feira de Santana/BA